

NOTÍCIAS DA ASSEMBLEIA-SC

Florianópolis, 28 de setembro de 2001

Ano 3 Nº 73

CPI do Leite iniciou trabalhos

O deputado Moacir Sopelsa (PMDB) foi eleito presidente da CPI do Leite, e como autor da proposta era o parlamentar mais cotado para assumir o cargo. "Vamos fazer justiça às 70 mil famílias que vivem da produção de leite no Estado", justificou. A relatoria ficou com o deputado Afonso Spaniol (PPB).

Disposto a não dar trégua a alguns empresários e atravessadores que forcem a queda do preço do leite, o presidente da CPI pretende ouvir, inicialmente, representantes do Sindileite, da Fetaesc, cooperativas e outras entidades ligadas à produção para descobrir os motivos do valor comercializado abaixo dos R\$ 0,20 por litro. Mais tarde deverão ser ouvidos técnicos da Cidasc, da Epagri, da Embrapa e associações de donas-de-casa. Só então a Comissão colherá os depoimentos de empresários das em-



Membros da CPI

presas de laticínios.

Os parlamentares decidiram que as reuniões serão sempre às segundas-feiras, a partir das 15 horas. Atendendo a uma sugestão do deputado Jaime Mantelli (PDT), a CPI vai convidar integrantes do Ministério Público e da OAB para prestarem assessoria.

Uma troca de informações com os parlamentares da CPI do Leite da Assembléia de Minas Gerais também foi cogitada na reunião dessa terça-feira (25).

Ficou decidido que a Comissão conversará com os secretários da Educação, da Família, da Saúde e da Justiça e Cidadania, pois são órgãos do governo que utilizam uma grande quantidade de leite em seus programas de alimentação. Sopelsa disse que será

solicitado que o executivo dê prioridade à compra da produção catarinense", justifica.

Integram também a CPI os deputados Gelson Sorgato (PMDB), Clésio Salvaro (PFL), Francisco de Assis (PT), Milton Sander (PPB), Jorginho Melo (PSDB) e João Rosa (PTB).



AL sedia o VI Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo

de Informática Aplicada ao Legislativo (Enial). Paralela ao evento acontece a V Feira de Produtos e Serviços de Informática. Criado em 1995 em Brasília, o Enial busca soluções para a gestão de informação no processo legislativo, objetivando respostas ágeis às demandas crescentes da sociedade.

O primeiro encontro foi realizado na Câmara dos Deputados e teve prosseguimento nos anos seguintes nas Assembléias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Espírito Santo. Agora, em Florianópolis, o público presente poderá se aprimorar no tema através de palestras com autoridades nacionais e internacionais, realização de painéis e apresentação de trabalhos científicos.

Técnicos de informática das casas legislativas federais, estaduais e municipais, políticos, empresários, docentes de nível superior, cientistas, estudantes e representantes de entidades, instituições e organizações não-governamentais estarão participando na Assembléia, de 3 a 5 de outubro, do VI Encontro Nacional

O presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), cumprimentou os funcionários envolvidos na organização e reiterou que o evento vai proporcionar acesso às mais recentes inovações tecnológicas, contribuindo para melhor atender às demandas da sociedade com respostas ágeis e eficientes de seus dirigentes.

Relatório da Comissão de Ciência e Tecnologia

Página 4

Crise no Hospital Universitário

Página 5

OPINIÃO

A ouvidoria parlamentar a serviço do cidadão



A criação de uma Ouvidoria Parlamentar na Assembléia, que estou propondo em projeto de lei, é de fundamental importância para o aprofundamento da participação democrática na esfera pública. Pela nossa proposta, um parlamentar fica encarregado de examinar as reclamações encaminhadas pelo cidadão através de um telefone de discagem direta gratuita, mais conhecido pelo prefixo 0800. Recebida e analisada a denúncia, esta deve ser encaminhada ao órgão público competente para que seja encontrada a devida solução. Desta forma o cidadão tem um canal aberto para expor sua crítica ou sugestão, ajudando na construção da

qualidade do serviço público do Poder Legislativo.

São diversas as circunstâncias nas quais a Ouvidoria Parlamentar pode e deve entrar em ação. O órgão tem o poder de encaminhar a solução para violação aos direitos e liberdades fundamentais, registrar casos de discriminação, ilegalidades, abuso de poder e mau funcionamento dos serviços legislativos e administrativos. Pode ainda pedir, quando cabível, a abertura de sindicância ou inquérito para apurar irregularidades. E em casos de denúncias que exijam maiores esclarecimentos, o assunto será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado ou ao Governo do Estado ou ao Ministério Público.

Igualmente importante é que a Ouvidoria Parlamentar, sendo provocada, deve estabelecer o retorno do que foi realizado ao comunicante. Por isso

o projeto prevê a obrigatoriedade de que os cidadãos não fiquem sem uma resposta das medidas tomadas e dos procedimentos legislativos e administrativos que forem encaminhados. O setor conta como mecanismo de depuração das questões apresentadas a realização de audiências públicas, reunindo as partes envolvidas.

O órgão será composto por um Ouvidor-Geral e dois Ouvidores Substitutos, designados entre os membros da Casa pelo Presidente da Assembléia Legislativa a cada dois anos. Os ouvidores poderão solicitar informações ou documentos sobre qualquer órgão ou servidor da Assembléia Legislativa, promover diligências e investigações e responsabilização de autoridade ou funcionário que promover a demora injustificada na adoção das providências que forem requeridas. Para que sejam realizadas as ações que se fazem necessárias, a pessoa interessada deve sempre se identificar em sua proposição, seja por telefone ou meio eletrônico. O assunto deve necessariamente envolver a competência da Assembléia.

Pretendemos com esse projeto, que está sendo atualmente analisado pela Comissão que revisa o Regimento Interno, desenvolver a transparência dos atos legislativos desta Casa, para que o cidadão tenha ampliada a sua voz em nome do bom funcionamento do Legislativo Catarinense. Importante ressaltar que todas as iniciativas da Ouvidoria Parlamentar serão amplamente divulgadas e acessíveis à Imprensa, para que todas as demandas tenham o devido encaminhado. É trilhando esse caminho que nós, parlamentares, estamos cumprindo com o nosso dever, de servir ao cidadão da forma mais eficiente possível.

Deputado Nelson Goetten (PPB)

Energia e Geração

Uma questão com a qual a Nação Brasileira está se deparando desde junho do corrente ano é o racionamento de energia elétrica.

Nosso país, abençoado pelas suas riquezas hidrológicas, consubstancia sua geração de energia no manancial hidrelétrico (90 %), distribuído em 12 bacias hidrográficas diferentes, não obstante existirem geradoras de energia térmicas a carvão, a óleo, à energia nuclear no complexo de Angra dos Reis, e a partir deste ano as geradoras movida a gás.

Segundo o Operador Nacional do Sistema (ONS) ao final do ano passado a capacidade instalada em todo o país era de 65.757,1 MW, 80% geradas por 14 estatais e uma empresa privada (Gerasul), que são distribuídas por 64 empresas.

Com o advento do Plano Real, da estabilidade da moeda e de outras variantes, a partir de 1995 houve crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) refletindo de maneira direta no aumento do consumo de energia.

De 1991 a 1995 acresceu por ano 1.179 MW; de 1996 a 2000 foi de 3.100 MW por ano, num total de 262,93% nesses períodos, passando de 58.947 MW de 1996 para 74.449 no ano 2000, e no triênio 2001/2003 estão previstos um incremento de 28.051 MW, ou seja, mais de 1/3 dos atuais MW gerados no país.

De acordo com o Ministério de Minas e Energia existe uma previsão de que mais 20 usinas entrem em operação entre 2001 e 2003 que somadas às que estão em construção e à energia que será importada, haverá um incremento de 19.670 MW. Desse total, até 15 de maio foram autorizados 5.238 MW, e isto sem falar da rede de distribuição que serão aumentadas e interligadas para que uma região possa cobrir outras que estejam necessitadas ou defasadas.

Ninguém está satisfeito com a atual situação, é obvio, mas o grande destaque desta situação inusitada foi a participação da sociedade brasileira em suas soluções criativas, dando uma resposta imediata às necessidades prementes, mostrando que quando a sociedade organizada e Estado, numa demonstração de que o povo brasileiro está mais maduro do que a maioria das pessoas imaginam, só para citar um exemplo, os mineiros responderam, apesar das críticas contundentes do governador Itamar Franco, de forma veemente e obtendo uma economia de 24% no consumo, colocando o social acima da política partidária.

Os resultados já apareceram gerando uma economia que beira o patamar de 20%. O Brasil vai superar mais esta crise, nós sabemos, e antes do esperado. Por isso é de bom alvitre que os pessimistas de plantão procurem outros motivos para descarregarem suas mazelas, mas cuidado para não atirarem em seus próprios pés.

Deputado Jorginho Mello (PSDB)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)

1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@ale.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas

Revisão: Rubens Vargas

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi,

Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

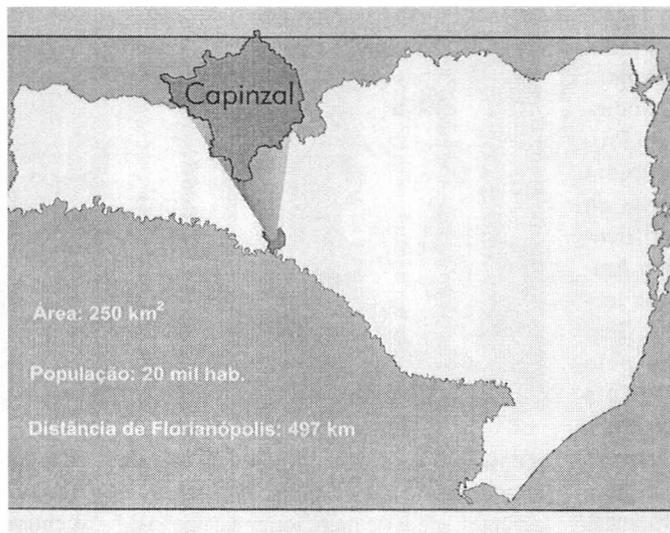
PRESIDÊNCIA

Sessão Solene em Capinzal para entrega de título

Capinzal recebeu nessa quinta-feira (27) o título de *Capital Catarinense do Chester*, em sessão solene realizada na própria cidade com a presença do presidente do Legislativo, deputado Onofre Agostini (PFL).

Para o autor da lei que concedeu o título, deputado Romildo Titon (PMDB), a homenagem, além de justa, eleva ainda mais o nome do município. Garantiu que o próximo passo será o reconhecimento do potencial de Capinzal no Congresso Nacional, com o título de *Capital Brasileira do Chester*.

Titon enalteceu o pioneirismo da Perdigão Agroindustrial, sem a qual o município não teria projeção internacional com exportações de aves para o continente europeu e asiático, fruto da pesquisa ge-



nética no único pólo produtor dessa espécie de ave no Brasil. "Graças a essa empresa, Capinzal dispõe de excelente índice de desenvolvimento social e econômico, elevado nível de escolaridade e

os mais baixos índices de desemprego e mortalidade infantil do Estado".

Ao entregar a placa comemorativa, com texto da Lei que outorga o título, Agostini destacou a importância da interiorização da Assembléia que, ao ir ao encontro das iniciativas municipais, cumpre o objetivo de se colocar ao alcance do cidadão.

O prefeito Nilvo Dorini e o presidente da Câmara de Vereadores, Itacir Massocato, agradeceram aos deputados pela iniciativa do título que projeta ainda mais

Capinzal no cenário econômico e turístico do Estado, atualmente conhecida pela tradicional *Chesterfest*, realizada a cada dois anos, verdadeiro festival gastronômico.

Público tem acesso às leis estaduais pela Internet

Durante a sessão solene que homenageou os 110 anos do Tribunal de Justiça do Estado, na última segunda-feira (24) o presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), lançou CD Rom contendo parte de legislação catarinense, resultado do trabalho desenvolvido pela Divisão de Documentação da Casa. Segundo Agostini, disponibilizar as leis na Internet e através do CD faz parte do propósito de minimizar a distância que existe entre o Poder Legislativo e a comunidade. "É nossa obrigação facilitar o acesso da população às leis estaduais".

Documentação

Saber em que ano uma determinada lei catarinense foi elaborada não é mais uma tarefa restrita aos documentos existentes no Legislativo estadual. O público interessado em conhecer a história das leis catarinenses a partir de 1947 já pode ter acesso à essas informações através da Internet. Foi nesse ano que, embalado pelo processo de redemocratização do Brasil, o legislativo catarinense iniciou uma nova série de normas legais.

O trabalho, que começou a ser desenvolvido em 1994 pela Divisão de Docu-

mentação da Assembléia, surgiu da necessidade de uniformizar e consolidar a legislação estadual. De 1947 até hoje são 54 anos de história das leis catarinenses, e desses anos todos, dez estão à disposição do público desde 1999, mas até aquele ano só havia o texto das leis. De 1999 até hoje foram disponibilizados mais 30 anos de história que contam agora com informações como autor da proposição, projeto de lei, vetos, publicações, alterações e ações de inconstitucionalidade. O



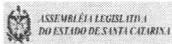
Equipe da Divisão de Documentação

site para consultas é www.alesc.sc.gov.br

Segundo a diretora da Divisão de Documentação, Vera Lúcia Farias, até o final deste ano a intenção é estar com todas as leis prontas. "Aí partiremos para o processo propriamente dito de consolidação e uniformização das leis. Ao mesmo tempo em que verifica uma lei atual, a pessoa poderá ver as alterações que a lei sofreu no decorrer de sua trajetória."

COMISSÕES

Capacitação profissional e parceria



Comissão Especial de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Na presença de representantes da Fiesc, Sebrae, UFSC, Funcitec, Unisul, Acafe, Sociedade Brasileira do Progresso da Ciência (SBPC), Secretarias do Desenvolvimento Econômico e do Meio Ambiente, Udesc e empresas de base tecnológica, a Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, presidida pelo deputado Paulo Bornhausen (PFL) e composta pelos deputados Joares Ponticelli (PPB), relator, e Moacir Sopelsa (PMDB), apresentou nessa segunda-feira (24) o relatório final contendo propostas para uma política pública para o setor no Estado. O documento será entregue aos 40 parlamentares, ao Executivo e a entidades participantes das sete audiências públicas da comissão, sendo motivo de amplo debate e de sugestões através do site da Assembleia: www.alesc.sc.gov.br. Os parlamentares receberam do Governador o compromisso de que o plano catarinense será elaborado na forma de projeto de lei.

Ao defender o repasse de verbas para ciência e tecnologia conforme o artigo 193 da Constituição Estadual e a criação de uma comissão específica na Casa, Ponticelli destacou a necessidade do investimento em capacitação profissional. No âmbito das universidades, citou o financiamento de bolsas de estudo para

(foto Solon Soares)



Bornhausen e Ponticelli

mestrado e doutorado nas áreas de engenharia e de ciências biológicas e agrárias, além de mencionar a criação de centros tecnológicos vinculados à rede estadual de ensino. A parceria entre empresários e acadêmicos foi lembrada em iniciativas, como a da Universidade do Contestado sobre energia eólica, a questão dos dejetos de suínos e a melhoria da produtividade da maçã. Ponticelli falou ainda da distribuição de recursos de forma

regionalizada com a finalidade de promover geração de emprego e renda em todos os rincões de Santa Catarina.

Para Bornhausen a identificação dos problemas catarinenses no setor, que consta do banco de dados da Comissão, permite a criação de uma demanda para aplicação dos 2% determinados pelo artigo 193 da Constituição do Estado. "Queremos um comprometimento político do

Executivo, pois as questões de ciência, tecnologia e inovação merecem incentivos a longo prazo. Assim como foi feito com o artigo 170, que trata das bolsas de estudo para a educação, a aplicação para o setor de pesquisa será crescente", disse. Os deputados da Comissão enfatizaram a importância de uma melhor comunicação entre as universidades e as empresas, agregando os conhecimentos de inovação tecnológica à produção.

Controle de uso de radiações

Aprovado nas comissões de Justiça e de Finanças em tramitação na de Saúde, o Projeto de Lei n.º 226/01, do deputado João Rosa (PTB), que institui o Programa de Controle de Qualidade em Proteção Radiológica, de acordo com as normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear. O objetivo é fazer

um mapeamento estadual para identificar e controlar as atividades de radiologia médica, odontológica, radioterapia e medicina nuclear. Estão previstas no projeto a implantação de depósitos de rejeitos radioativos e a regulamentação do uso, do transporte e da armazenagem de fontes de radiação.

O autor da matéria disse que é necessário que o Executivo faça uma campanha de orientação à comunidade, assegurando melhores condições de racionalizar os efeitos decorrentes da radiação. "Nossa intenção é proporcionar maior segurança às pessoas que trabalham com radiação e aos pacientes, melhorando as condições de trabalho e aumentando a eficácia dos tratamentos e dos diagnósticos", declarou. O alerta de João Rosa é o de evitar acidentes como o que ocorreu em 1987, em Goiânia, quando uma cápsula de Césio 137 de um hospital daquele Estado foi abandonada num terreno baldio e provocou a morte de várias pessoas e seqüelas permanentes em diversas outras.

Porto de Imbituba em debate

A Comissão Especial da Assembleia, presidida pelo deputado João Henrique Blasi (PMDB), realiza na próxima segunda-feira (1.º) audiência pública para debater a situação do Porto de Imbituba. O evento está marcado para às 14 horas, na Sala das Comissões.

A realização da audiência completa uma série de atividades da comissão, que desde março acompanha a situação do porto e o movimento pró-municipalização. Nesses quase sete meses de trabalho foram realizadas reuniões, audiência na Câmara de Vereadores de Imbituba e visita às instalações do porto.

Os parlamentares colheram manifestações de vereadores, do prefeito, de lideranças sindicais e pró-municipalização, dos funcionários e da direção da Companhia Docas de Imbituba, que atualmente é quem administra o porto.

Após a audiência da próxima segunda, a comissão deve preparar o relatório final dos trabalhos. Além de Blasi, integram a comissão os deputados Manoel Mota (PMDB/relator), Júlio Garcia (PFL), José Paulo Serafim (PT), Jorginho Mello (PSDB), Valmir Comin e Altair Guidi, ambos do PPB.

GERAL

Audiência pública discute soluções para crise do HU

Um projeto de lei que tramita no Senado Federal, de autoria dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB/CE) e Geraldo Althoff (PFL/SC), prevendo a entrega de 25% dos leitos hospitalares a empresas privadas, como forma de gerar recursos para auxiliar no custeio das despesas dos hospitais públicos e as dificuldades pelas quais passa o Hospital Universitário (HU), em Florianópolis, motivaram a deputada Ideli Salvatti e deputado Volnei Morastoni, ambos do PT, a solicitarem a audiência pública realizada nessa quarta-feira (26).

Os assuntos foram debatidos na Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Ronaldo Benedet (PMDB), com a participação do diretor do HU, Fernando Osni Machado, o vice-reitor da UFSC Lúcio Botelho, o coordenador de

administrações hospitalares da secretaria da Saúde, Luiz Henrique Saliba e representantes dos servidores, do corpo clínico e técnico, além de alunos da UFSC.

A receita do HU é composta por R\$ 2,1 milhões repassados pelo Ministério da Educação para o pagamento dos servidores e R\$ 900 mil provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS), que deveriam ser destinados à manutenção e investimentos. No entanto, segundo o diretor do HU, mais de 50% dos valores do SUS estão sendo usados no pagamento de 290 funcionários contratados para suprir deficiências decorrentes da aposentadoria, morte e demissão de concursados, acabando por agravar a situação financeira e física do hospital. Ele rechaçou, ainda, a possibilidade de privatizar leitos.



(foto Jonas Lemos Campos)

Reunião na Comissão de Saúde

Para Morastoni é necessário manter o HU público, gratuito e de boa qualidade, sob pena de comprometer a tripla função de assistência, ensino e pesquisa. Lembrou, também, que o Universitário é o único hospital no Estado que atende exclusivamente pelo SUS.

Ao final do encontro ficou definido o encaminhamento aos ministérios da Saúde e da Educação, à Presidência

da República, à bancada federal catarinense e lideranças partidárias nacionais, de requerimentos solicitando a abertura de concurso público para preenchimento das vagas que estejam consumindo recursos do SUS e pela transformação dos Hospitais Universitários em unidades com dotações orçamentárias próprias.

Segurança nas rodovias

O Fórum Permanente de Segurança Pública, subordinado à Comissão de Fiscalização, presidida pelo deputado Mantelli (PDT), voltou a se reunir na quinta-feira (27) para tratar da segurança nas rodovias.

O comandante da Polícia Rodoviária Estadual (PRE), coronel Lemos, destacou a importância das operações de pesagem de caminhões, pois o excesso de carga é um fator predominante nos acidentes de trânsito. Anunciou que a adoção, a partir desta data, da fiscalização 24 horas, diminuiu o número de furtos de veículos, tráfico de drogas, contrabando e roubo de cargas e caminhões. Prometeu para a próxima reunião, dia 11 de outubro, trazer um levantamento sobre estas ocorrências.

Já o chefe da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em SC, Pedro Gomes, lamentou a insensibilidade do governo federal em aumentar o efetivo, pois hoje as estradas federais, com 2.304 km, possuem apenas 298 policiais em ação. Gomes informou que o número de mortes em acidentes caiu em 27% no primeiro semestre de 2001, comparado ao período anterior, graças ao Grupo de Estudos das Causas de Acidentes de Trânsito (Gecat), implantado pela PRF em janeiro deste ano. "O Gecat, através de critérios técnicos, fez um levantamento dos pontos críticos e horários de maior número de acidentes. Assim ficou possível direcionar as viaturas para controlar o tráfego nestes locais em determinados horários".

Falta de energia

Pelo fato da Hidrelétrica Xanxerê possuir a concessão de distribuição de energia em sete municípios da região, agricultores que residem nas divisas destes com outros municípios atendidos pela Celesc sofrem com a falta de energia elétrica e com a impossibilidade de ampliação da rede para melhorias na propriedade. Como o Governador prometeu às lideranças políticas locais, durante a administração itinerante, dar uma solução para o problema, o deputado Gelson Sorgato (PMDB) apresentou na última semana projeto de lei que institui o Programa de Eletrificação Rural, autorizando o Executivo, através da Celesc, a firmar convênio com qualquer concessionária de energia do Estado para suprir estas necessidades.

Filiação de Parisotto

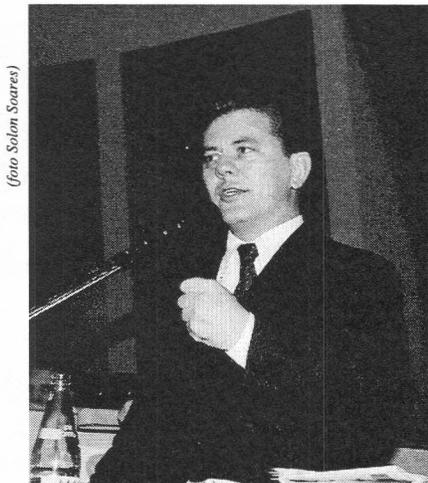
Depois de quase um ano do seu desligamento do PMDB, o deputado Narcizo Parisotto definiu o ingresso no PTB. O ato de filiação acontece nesta segunda-feira (1º) em Chapecó com a presença do presidente nacional da sigla José Carlos Martinez. Antes, porém, a decisão estará sendo oficializada para os membros da Igreja do Evangelho Quadrangular (IEQ), que atuam na área política, durante a realização do 1º Fórum de Unificação de Idéias de Ordem Social e Política da IEQ, que acontece nos dias 29 e 30 de setembro, no plenário da Assembléia.

PLENÁRIO

Legislação para cruzeiros marítimos

O deputado Joares Ponticelli (PPB) está encaminhando moção para a Secretaria Geral da Presidência da República, em Brasília, para saber porque o governo federal ainda não tomou nenhuma iniciativa para regulamentar os cruzeiros marítimos no país. O parlamentar diz que não há legislação específica para o transporte de passageiros, e em consequência, Santa Catarina e outros estados com potencial turístico deixam de explorar esse aspecto.

Em Santa Catarina, seis cidades têm condições de receber navios turísticos internacionais: São Francisco do Sul, Itajaí, Porto Belo, Laguna, Imbituba e Florianópolis. "Estou angustiado com essa falta de iniciativa do governo federal", declarou Ponticelli. Disse também que a partir do próximo mês de outubro até abril do ano que vem - período onde a Receita Federal concede licenças provisórias para receber navios no litoral brasileiro - 35 navios vão fazer escalas em Florianópolis, mas esse



número poderá ser ainda maior. Enquanto que um turista normal gasta 18 dólares por dia, o turista de uma navio deixa para os cofres estaduais em média 200 dólares por dia de permanência. "Cremos que depois do Caribe e das Ilhas Gregas, que são os dois destinos marítimos mais procurados no mundo, o próximo será o Brasil e especificamente o litoral catarinense"

Obesos terão lugares reservados

Aprovado por unanimidade o projeto de lei de autoria do deputado Onofre Agostini (PFL) determinando que as salas de projeções, teatros e os espaços culturais no Estado, que tenham assentos para platéia, deverão reservar 3% desses lugares para utilização por pessoas consideradas obesas.

Também as empresas de transportes coletivo municipal e intermunicipal, com sede em Santa Catarina, deverão reservar no mínimo dois lugares em cada veículo com o mesmo objetivo. O projeto prevê aos responsáveis prazo de 120 dias para adequarem-se às regras estabelecidas pela lei e ao Executivo cabe regulamentar a lei no prazo de 90 dias, contados de sua publicação.

Cooperativismo em escolas

As escolas de ensino fundamental e Amédio do Estado devem oferecer a disciplina de *Estudo do Cooperativismo*. A proposta é do deputado Nelson Goetten (PPB), em projeto de lei determinando que essa disciplina seja oferecida em caráter complementar aos currículos atuais. Goetten quer mostrar aos estudantes a importância da ajuda mútua, da cooperação e da solidariedade para a comunidade. Se aprovado o projeto, a disciplina *Conteúdo Cooperativismo* será ministrado pelo menos durante um ano do ensino médio ou fundamental, com carga horária de duas horas semanais, no mínimo em programa ministrado pela Secretaria da Educação com apoio da Organização das

Derrubado veto à lei dos despachantes

A Assembléia rejeitou o veto total ao projeto de lei de autoria do deputado Heitor Sché (PFL) que altera a Lei 10.609, de 28 de novembro de 1997, que regulamenta a atividade de despachante em Santa Catarina.

O projeto visa ampliar as atividades dos despachantes tais como permitir proceder a vistoria de veículos, expedição de documentos, entre outros, bem como garante ao preposto assumir o escritório no caso de morte ou invalidez do despachante, sem a necessidade de concurso público.

Preposto é o substituto do despachante, legalmente credenciado junto ao Detran, que é indicado pelo titular de cada escritório.



Deputado Goetten

Cooperativas de Santa Catarina (Ocesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). O sistema catarinense é formado por 301 cooperativas e mais de 350 mil cooperados que, incluindo os familiares, representam 25% da população do Estado.

Zona de Processamento Florestal

Aprovado substitutivo global alterando a Lei 10.169/96, que autoriza o governo do Estado a criar a Zona de Processamento de Produtos Florestais - ZPF. Desde o início do ano tramitavam na Assembléia 10 projetos de lei de autoria de diversos deputados incluindo municípios e regiões do Estado na ZPF. Sendo assim, o deputado Ivan Ranzolin (PPB) elaborou um substitutivo, modificando o artigo 3º da lei, determinando que a Zona de Processamento de Produtos Florestais a partir de agora compreende todas as microrregiões da Amures, Amurc, Amarp, Ampla, Amavi, Amplasc, Ammoc, Amunesc, Amai, Amosc, Amnoeste, Ameosc, Amerios e da Ammvi.

Explicações sobre setor elétrico

Aprovado requerimento do deputado Afrânio Boppré (PT) solicitando esclarecimentos ao presidente da Celesc e ao Secretário da Fazenda sobre o posicionamento do governo em relação aos investimentos no setor elétrico, em especial a questão da Usina Dona Francisca.

No início deste mês, em correspondência enviada ao governo federal, o presidente da Celesc garantiu que o

Estado está se esforçando para participar da política nacional dirigida à ampliação da capacidade de transmissão e geração de energia elétrica. Entretanto, a realidade é outra. Desde o início deste ano, tramita na Assembléia projeto de lei pedindo autorização para se desfazer da participação acionária na Usina Dona Francisca. "O governo está mentindo para Brasília ou para os catarinenses", avalia o parlamentar.

Sanidade do rebanho bovino

O Secretário da Agricultura e o Presidente da Cidasc receberam do deputado Sandro Tarzan (PTB) requerimento solicitando medidas urgentes para a manutenção dos serviços de fiscalização, inclusive barreiras sanitárias, para manter a sanidade do rebanho bovino do Estado. Os serviços, que o parlamentar considera essenciais, foram interrompidos temporariamente, o que, segundo ele, certamente causará graves prejuízos à pecuária catarinense.

Projeto Escola Jovem

O Centro de Educação Profissional de Criciúma está sendo considerado referência estadual na área do ensino profissionalizante. A cada ano aumenta a procura por vagas, considerando a qualidade dos cursos oferecidos e a necessidade do mercado – sempre em busca de profissionais qualificados. Por esses motivos, o depu-

tado Valmir Comin (PPB) solicitou à Secretária da Educação a construção do Projeto Escola Jovem, que passaria a abrigar os mais de três mil alunos já matriculados e que hoje desenvolvem suas atividades em 25 salas alugadas para essa finalidade. Comin argumentou que tanto o terreno como o projeto da obra já estão disponíveis.

Acidentes rodoviários na BR-280

Preocupados com o grande número de acidentes com vítimas fatais na BR-280, proximidades do município de Jaraguá do Sul, os deputados Nilson Gonçalves (PSDB), Nelson Goetten (PPB) e a deputada Ideli Salvatti (PT) estão solicitando ao Ministro dos Transportes e ao Diretor-Geral do DNER providências para a implantação de túneis e de

uma via paralela à rodovia entre Jaraguá do Sul e Corupá, capazes de oferecer segurança aos milhares de estudantes e às demais pessoas que diariamente transitam pela localidade.

No trecho de apenas 16 quilômetros ocorreram 10% de todos os acidentes deste ano na BR-280 e 20% de todas as vítimas fatais.

Proposições

Deputado Francisco de Assis (PT) ao diretor da Casan solicitando a construção da estação elevatória de tratamento de esgoto do Conjunto Habitacional Severo Gomes, em Joinville.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) à comunidade Israelita de Santa Catarina congratulando-se pela passagem do seu ano novo (rosh hashana).

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao Secretário da Justiça e da Cidadania pedido de construção de um presídio regional em Romelândia.

Deputado Antonio Aguiar (PFL) ao Governador solicitando obras de saneamento básico para os bairros São Cristóvão e Tolachinski, em Papanduva.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao Governador solicitando programa destinado a disponibilizar casas populares aos agricultores catarinenses.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) à superintendência do Banco do Brasil solicitou a liberação de crédito rural através do Pronaf, grupo D, para Bom Jesus do Oeste.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao Governador solicitando recursos financeiros para a construção de uma casa para abrigar as crianças e adolescentes em situação de risco em Trombudo Central.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) solicitou ao governo a reabertura do ginásio de esportes do bairro Santa Luzia, em Criciúma, considerando a importância da prática de atividades físicas.

Deputado Julio Garcia (PFL) ao Ministro da Previdência Social requerendo a implantação de um posto de atendimento do INSS em Rio dos Cedros.

Deputado Francisco de Assis (PT) ao Governador do Estado requerendo cópia do contrato de pavimentação da BR-282 que liga o trecho de Lages a São José do Cerrito.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao Governador e ao Secretário da Saúde pedindo liberação de leitos do Hospital Hans Dieter Schmidt, em Joinville, para o tratamento de dependentes químicos.

Deputado Antonio Aguiar (PFL) ao Governador pedindo a aquisição de equipamentos hospitalares para o hospital São João Batista, em Matos Costa, para a construção de uma ala pediátrica.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) requerendo sessão solene para homenagear o jornalista, escritor, argumentista e roteirista Salim Miguel.

Deputado Nilson Gonçalves (PSDB) às autoridades de São Bento do Sul cumprimentando-os pelo transcurso dos 128 anos de fundação do município.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao Governador requerendo uma caminhonete para operações especiais ao 9º Batalhão da Polícia Militar de Criciúma.

Mudanças na captação de água

A precariedade no abastecimento de água no município de Santa Cecília levou o deputado Reno Caramori (PPB) a solicitar à diretoria da Casan que sejam feitas mudanças na captação de água que abastece aquela região. Em visita ao local o parlamentar constatou que o atual local onde a água é captada apresenta pouco volume e a qualidade é péssima, com coloração turva e forte odor provocado pela poluição das pocilgas de suínos e das empresas próximas à nascente do córrego. O pedido é para que a captação passe a ser feita na represa localizada em Batã, solucionando de forma definitiva o problema.

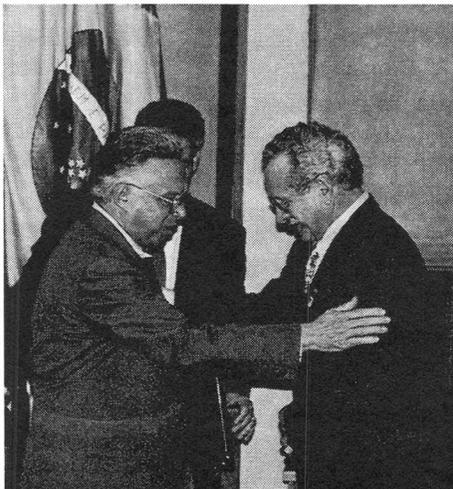
ESPECIAL

Assembléia lembra os 110 anos do TJ

Antecipando as comemorações do aniversário de instalação do Tribunal de Justiça, a Assembléia realizou nessa segunda-feira (24) sessão solene proposta pelo presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL). A sessão homenageou os 110 anos de atividades do TJ no Estado, a ser comemorado no dia primeiro de outubro.

Um grande número de autoridades esteve presente, entre elas o procurador-geral do Estado, Walter Ziguelli, o desembargador Francisco Xavier Medeiros Vieira, presidente do Tribunal, magistrados e parlamentares.

A historiadora Orivalda Lima pesquisou a trajetória do TJ desde o seu surgimento, que resultou no livro *Tribunal de Justiça – 110 anos de história*, com textos da jornalista Lúcia Helena Vieira



Presidentes do TJ e da AL

e fotos de Olívio Lamas, lançado na cerimônia.

Em seu pronunciamento Vieira declarou

que a grande preocupação dos atuais dirigentes diz respeito não só ao excessivo número de processos em curso no Estado – quase um milhão – mas principalmente ao acesso à Justiça. Falou ainda sobre as desigualdades sociais que impedem a paz individual, familiar e comunitária. “Não é justo priorizar uma política econômica preocupada apenas com a estabilidade da moeda e do câmbio e que nega, sob qualquer que seja o ângulo focado, a própria cidadania.”

Onofre destacou o Projeto *Casa da Cidadania*, que busca uma cultura democrática e participativa, com destaque para a humanização da Justiça. “São meus votos que a expansão e a concretização desses objetivos, em cada município de SC, propicie à população a solução dos conflitos sociais e pessoais”, afirmou.

Homenagem a pioneiro de Jaraguá do Sul

“Um ser humano com um grande coração e até hoje uma referência e uma inspiração para o meio empresarial.” Konell

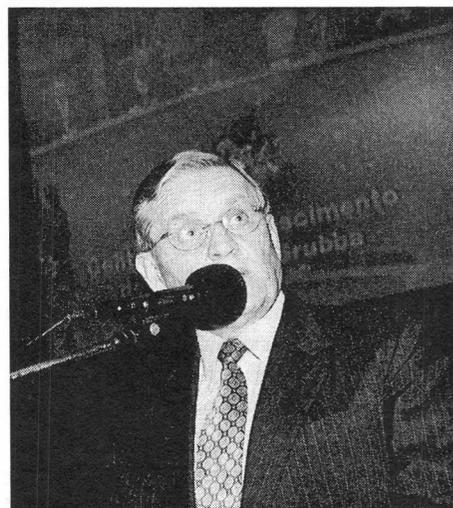
Atendendo requerimento do deputado Ivo Konell (PMDB), a Assembléia realizou sessão solene *in memoriam* ao centenário de nascimento do político e empresário Waldemar Grubba.

Para Konell, o homenageado foi um dos empresários mais bem sucedidos da sua época e que exerceu sua vida pública de forma invejável, sendo um dos filhos mais ilustres e queridos que auxiliou na construção de Jaraguá do Sul, município onde nasceu e governou em três oportuni-

des, tendo exercido também o cargo de vereador e de deputado estadual.

Ainda dentro da carreira política, integrou o Partido da Aliança Liberal, fundou o Partido Social Democrático (PSD) e o diretório da Aliança Renovadora Nacional, antiga Arena. Foi juiz distrital e delegado de polícia no governo provisório de Getúlio Vargas.

Como empresário atuou no Banco Alemão Transatlântico na cidade de Curitiba (PR). Fundou e presidiu a empresa Bernardo Grubba Indústria e Comércio,



Deputado Konell

dirigiu a Associação Comercial e Industrial da cidade e a Delegacia Regional do Serviço Nacional dos Municípios.

Em nome da família, César Augusto Grubba, filho do homenageado, agradeceu a lembrança e destacou que seu pai exercia a política com honradez, pois entendia que assim poderia aproximar as pessoas.

Por último falou o presidente da AL, deputado Onofre Agostini (PFL), que enalteceu o estilo empreendedor de Grubba que “foi um exemplo de empresário, homem público e político”.

Também estiveram presentes à homenagem diversos políticos e empresários de Jaraguá do Sul.

Agenda

Dia 1º, às 14h - Audiência pública da Comissão Parlamentar Temporária Externa da Segurança Pública de Criciúma

Local: Auditório da Associação dos Municípios da Região Carbonífera – Amrec

Dia 1º, às 14h – Audiência pública para debater a crise energética

Local: Plenarinho

Dia 1º, às 15h – Reunião da CPI do Leite para ouvir representantes do Sindileite, da Fetaesc, de cooperativas e outras entidades

Local: Sala das Comissões

Dia 1º, 14h – Audiência pública da Comissão Parlamentar Externa sobre o Porto de Imbituba

Local: Sala das Comissões

Dias 3 a 5, manhã e tarde – IV Encontro Nacional de Informática Aplicada Ao Legislativo - Enial

Local: Plenário e Plenarinho

Na próxima semana as sessões da Assembléia, em virtude do Enial, acontecerão:

Dia 1º, às 14

Dia 2º, às 14 e 18h